

Handwritten notes and signature in the top right corner. The notes include "xuro", "bi", and a large signature.

**Relatório & Contas**  
**minhocom, gestão de infraestruturas**  
**de telecomunicações, e.i.m.**

**31 de dezembro de 2015**

*V. L. da Silva*  
*Scot*  
*br: A*

## Índice

A) RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	3
2. ATIVIDADE DA ENTIDADE	17
3. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO	22
4. PERSPETIVAS FUTURAS	22
5. AÇÕES PRÓPRIAS	22
6. AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES	22
7. SUCURSAIS DA SOCIEDADE	23
8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	23
9. OBJETIVOS E POLÍTICAS DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS	23
10. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	23
11. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	24
12. NOTA FINAL	24
B) ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	25
C) ÓRGÃOS SOCIAIS	26
D) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	27
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	27
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS – PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	28
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2015	29
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2014	30
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA – PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	31
ANEXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	32
E) CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	57
F) RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	58

## A) Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Ex.<sup>mos</sup> Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração, no cumprimento das exigências legais e estatutárias, vem apresentar a V. Ex.<sup>as</sup> o Relatório de Gestão relativo ao período económico de 2015.

Tendo em conta que o ambiente em que nos inserimos está diretamente relacionado com a expansão ou a retração da economia mundial, antes de passarmos a apresentar os dados da entidade, efetuaremos uma ligeira abordagem aos dados macroeconómicos, internacionais e nacionais, mais importantes.

### 1. Enquadramento macroeconómico

#### 1.1 Quadro macroeconómico internacional

As projeções para a economia mundial, recentemente apresentadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), apontam para um reforço do crescimento mundial, após a desaceleração observada em 2015, antecipando uma recuperação do Produto Interno Bruto (PIB) face à estabilização em torno dos 3,4% nos últimos dois anos. No que diz respeito à evolução do comércio internacional, observou-se uma intensificação do comércio a nível global, embora com um menor dinamismo face ao observado antes da crise financeira internacional. As atuais perspetivas indicam uma revisão em alta para o conjunto das economias avançadas. Assim, nos próximos anos, prevê-se uma melhoria do desempenho da economia mundial, assente no reforço do crescimento das economias avançadas, onde se espera um crescimento relativamente moderado nos Estados Unidos da América (EUA), uma melhoria no Japão e uma recuperação moderada na União Europeia (UE), em que todos os Estados-Membros deverão voltar a crescer, facto que não sucedia desde 2007 (devendo registar-se o crescimento mais fraco na Croácia e mais forte na Irlanda).

As expectativas de crescimento para os principais países emergentes (com exceção da Índia) têm vindo a ser revistas em baixa, com destaque para a Rússia e o Brasil, refletindo preços mais baixos das matérias-primas com impacto no desequilíbrio das contas externas e da situação orçamental, enfraquecimento do sistema financeiro, instabilidade político-social e agravamento de tensões geopolíticas em alguns desses países (com realce para a crise Rússia/Ucrânia e a instabilidade no Médio Oriente). De entre os países emergentes, a variação do PIB voltou a ser negativa no Brasil e teve um crescimento menos robusto na China.

No caso da área do euro, para além de um crescimento do PIB mais forte que o observado no período anterior, a evolução da economia europeia será influenciada por uma descida mais acentuada do preço do petróleo e das restantes matérias-primas não energéticas, por uma taxa de câmbio efetiva do euro mais fraca e pelo impacto das atuais medidas de política monetária não convencionais do Banco Central Europeu (BCE) - *Quantitative Easing* - repercutindo-se numa melhoria das condições de financiamento das economias e no fortalecimento da procura interna.

Assim, tanto para a União Europeia como para a área do euro, prevê-se uma recuperação gradual da economia, associada à contínua melhoria das exportações e ao aumento do consumo público, devendo o PIB aumentar para cerca de 1,9% e 1,6%, respetivamente. Tal crescimento resultou, também, da evolução positiva dos indicadores de confiança, em particular, a melhoria da confiança dos empresários da construção.

Indicadores Macroeconómicos	2013	2014	2015 <sup>(e)</sup>
PIB:			
EUA	2,2	2,4	2,6
UNIÃO EUROPEIA	0,0	1,4	1,9
ÁREA EURO	-0,5	0,9	1,6
JAPÃO	1,5	-0,1	0,7

Fonte: GPEARI Finanças  
 Leitura: Variação Percentual  
 (e) - estimativa

No entanto, em resultado de uma ainda fraca atividade económica decorrente do processo de ajustamento dos balanços dos setores público e privado, em diversos países, o mercado de trabalho da área do euro revelou ainda uma situação de fragilidade. Durante o período de 2015, assistiu-se a uma melhoria gradual do emprego, salientando-se uma descida da taxa de desemprego para 9,5% na União Europeia e para 10,9% na área do euro, registando assim os valores mais baixos desde finais de 2011 e meados de 2009, respetivamente. No final de 2015, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para a indústria transformadora, serviços e construção, e pioraram para o comércio a retalho.

Quanto à taxa de inflação, as previsões do FMI apontam para uma diminuição significativa para a generalidade das economias avançadas e para uma ligeira aceleração para o conjunto dos países emergentes, situando-se em níveis elevados em alguns países da América Latina (Brasil), da Ásia (Índia) e Rússia. Assim, em 2015, a taxa de inflação da área do euro diminuiu para zero (+0,4% em 2014), refletindo sobretudo uma redução dos preços de energia, os quais caíram, em média, 6,9% (-1,9% no ano de 2014). Pelo contrário, os preços dos bens alimentares não transformados

aumentaram, em média, 1,7% em 2015 (-0,9% em 2014). Nos EUA a taxa de inflação homóloga baixou para os 0,1% em 2015 (+1,6% em 2014).

Indicadores Macroeconómicos	2013	2014	2015 <sup>(e)</sup>
<b>Inflação:</b>			
EUA	1,5	1,6	0,1
UNIÃO EUROPEIA	1,5	0,5	0,0
ÁREA EURO	1,4	0,4	0,0
JAPÃO	0,4	2,7	0,8
<b>Taxa de Desemprego:</b>			
EUA	7,4	6,2	5,3
UNIÃO EUROPEIA	10,8	10,2	9,5
ÁREA EURO	11,9	11,6	10,9
JAPÃO	4,0	3,6	3,4
<b>Índice de Produção Industrial:</b>			
EUA	1,9	3,7	1,3
UNIÃO EUROPEIA	-0,5	1,1	1,7
ÁREA EURO	-0,7	0,8	1,4
JAPÃO	-0,6	2,1	-0,8

Fonte: FMI/ Comissão Europeia/ Eurostat/ GPEARI Finanças  
 Leitura: Variação Percentual  
 (e) - estimativa

Os preços das matérias-primas não energéticas voltaram a registar em 2015 uma desaceleração, a qual se configura mais acentuada do que a registada em 2014 devido à descida mais pronunciada dos preços dos produtos alimentares e agrícolas e à quebra dos preços dos metais, a qual contribuiu para o abrandamento económico da China. O preço do petróleo desacelerou de forma acentuada em 2015, para se situar, em média, nos 53,6 USD/bbl (48 EUR/bbl), revelando o excesso de oferta num cenário de enfraquecimento da economia mundial. A fraca cotação do preço do petróleo deve-se aos receios de uma evolução mais fraca da economia mundial, à expectativa de um aumento da produção por parte do Irão, à não alteração da quota de produção da OPEP e à manutenção de um nível elevado de existências de crude nos EUA. A 31 de dezembro de 2015, o preço do barril de petróleo atingiu um mínimo histórico desde o início de 2005, fixando-se nos 31,6 USD/bbl.

A redução do preço do petróleo numa economia importadora de petróleo, como é o caso da economia portuguesa, tem um impacto positivo sobre o crescimento do PIB, através da redução dos custos de produção e de transporte e da sua transmissão aos preços no consumidor. O impacto sobre os preços do consumidor reflete quer o efeito direto

proveniente da redução do preço dos produtos derivados do petróleo, quer o efeito indireto resultante da redução do custo de produção de outros bens. Acresce ainda que a redução da inflação, por via da diminuição do preço do petróleo, tem um efeito positivo sobre o rendimento disponível real das famílias e, consequentemente, sobre o consumo privado.

Apesar do efeito direto da redução do preço do petróleo acima descrito, existem efeitos não negligenciáveis nesta matéria, em particular o efeito da queda do preço desta matéria-prima em economias exportadoras líquidas de petróleo, através da redução significativa das receitas associadas à exploração desta matéria-prima, como é o caso de Angola. Sendo a produção de petróleo a principal fonte de receitas de exportação e fiscais, Angola está a sofrer o impacto da queda abrupta desta matéria-prima, cujo preço do barril apresenta uma redução acumulada de cerca de 43% desde o segundo semestre de 2014.

Neste contexto, e dada a forte ligação do mercado português ao angolano, destaca-se a contração abrupta da procura externa proveniente de Angola, que se tem repercutido significativamente nas exportações portuguesas.

Matérias-primas	2013	2014	2015 <sup>(e)</sup>
Petróleo Brent USD/Barril (1)	108,6	99,5	53,6
Bens Agrícolas (2)	1,6	1,9	-13,4
Metais (2)	-4,3	-10,3	-23,1

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal  
 Leitura: (1) Preço médio do Barril/USD / (2) Variação Percentual  
 (e) - estimativa

A dezembro de 2015, a taxa de câmbio do euro depreciou-se face às principais divisas internacionais, tendo o euro se situado nos 1,089 dólares americanos no final do ano, correspondendo a uma depreciação de 10,3% face ao final do ano de 2014 (1,214 dólares americanos). Esta tendência depreciativa registada ao longo do ano de 2015, reflete, em parte, a orientação divergente de política monetária dos EUA e da área do euro.

No final do ano de 2015, assistiu-se também a alguma volatilidade do mercado cambial, com destaque para a depreciação das moedas de alguns países emergentes face ao dólar (China, Rússia e Brasil).

Divisas	2013	2014	2015
EUR/USD	1,379	1,214	1,089
EUR/JPY	144,72	145,23	131,07
EUR/GBP	0,834	0,779	0,734
EUR/CHF	1,228	1,202	1,084

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal  
 Leitura: Paridade das Divisas, no final do período

O Conselho do Banco Central Europeu (BCE) manteve, durante o período de 2015, um conjunto de medidas de política monetária não convencionais, mantendo a taxa das operações principais de refinanciamento em 0,05%. As taxas de juro do mercado monetário do euro prosseguiram o movimento descendente do período anterior, renovando níveis historicamente baixos. Nos EUA, no final do período em análise, as taxas de juro a 3 meses acentuaram o movimento de subida, resultado da orientação menos expansionista da Reserva Federal dos EUA. Assim, no final de dezembro de 2015, as taxas de juro Euribor a 3, 6 e 12 meses situavam-se em -0,13%, -0,04% e 0,06%, respetivamente. Nos EUA, as taxas de juro de curto prazo subiram para os 0,61%.

Taxas de Juro Referência	2013	2014	2015
Zona Euro	0,25	0,05	0,05
EUA	0,25	0,25	0,25
Japão	0,10	0,10	0,10
Reino Unido	0,50	0,50	0,50

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal  
 Leitura: Percentagem, no final do período

Taxas de Juro Mercado Monetário	2013	2014	2015
Zona Euro			
Eonia	0,45	0,14	-0,13
Euribor 1 mês	0,22	0,02	-0,21
Euribor 3 meses	0,29	0,08	-0,13
Euribor 6 meses	0,39	0,17	-0,04
Euribor 12 meses	0,56	0,33	0,06
EUA			
Libor 3 meses	0,24	0,26	0,61
Japão			
Libor 3 meses	0,15	0,11	0,08

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal  
 Leitura: Percentagem, no final do período

No final de 2015, registou-se uma evolução desfavorável dos principais índices bolsistas internacionais. A descida dos preços das ações foi influenciada pelo desempenho negativo da bolsa chinesa, pela descida significativa do preço do petróleo e por alguma instabilidade do setor financeiro.

Mercados Bolsistas	2013	2014	2015
Dow Jones EURO STOXX	17,5	13,1	11,8
Nikkei 225	48,7	14,2	23,9
Standard & Poors 500	19,1	17,5	6,8

Fonte: Banco Central Europeu

Apesar do surgimento de novos fatores positivos em 2015, nomeadamente os baixos preços da energia, a incerteza associada às perspetivas económicas mundiais permanece elevada e a intensificação dos riscos de revisão em baixa relacionam-se com as tensões geopolíticas, o reaparecimento de volatilidade nos mercados financeiros e cambiais, num contexto de políticas monetárias divergentes entre as principais economias, e com a execução incompleta das reformas estruturais. Acresce que, um período prolongado de inflação muito baixa, ou mesmo de deflação, será igualmente prejudicial quer para as perspetivas de crescimento mundial e, nomeadamente, europeu, quer para a persistência de um excessivo endividamento público e privado, apesar do elevado esforço de desalavancagem registado no período mais recente.

Por outro lado, ainda não está totalmente definida a orientação da política monetária da Reserva Federal dos EUA para os próximos anos, desconhecendo-se o momento da possível subida das taxas de juro federais, mantidas no intervalo entre 0,00% e 0,25% desde finais de 2008. Neste aspeto, qualquer política monetária mais restritiva, com a eventual subida das taxas de juro diretas, poderá ter impacto no ritmo de crescimento da economia norte-americana e aumentar as incertezas nos mercados financeiros internacionais.

No caso da área do euro, assistiu-se em 2015 a uma diminuição dos riscos financeiros associados às dívidas soberanas devido à persistência de uma política monetária marcadamente acomodatória do BCE, através da aplicação de instrumentos convencionais e de medidas não convencionais de cedência de liquidez. Estas medidas visam incentivar a concessão de empréstimos aos agentes económicos, no sentido de dinamizar a economia e evitar a persistência de uma situação de deflação. Também foram alcançados progressos na construção da União Bancária destinada a limitar a fragmentação financeira e a divergência nas condições de financiamento entre os países desta zona.



## 1.2 Quadro macroeconómico nacional

O crescimento moderado da economia portuguesa em 2015 aproxima-se do ritmo médio de crescimento projetado pelo BCE para a área do euro. As atuais projeções apontam para a continuação da recuperação gradual da atividade económica iniciada em 2013. Esta evolução deverá traduzir-se numa taxa de variação média anual do PIB de 1,6% em 2015, seguido de 1,7% e 1,8% em 2016 e 2017, respetivamente. O atual ritmo de recuperação da economia portuguesa tem sido relativamente moderado, tendo em conta a severidade da contração observada nos últimos anos e refletindo a necessidade de ajustamento adicional dos balanços dos vários agentes económicos, públicos e privados, na sequência da crise financeira internacional e da crise das dívidas soberanas na área do euro.

A dinâmica da economia portuguesa deverá continuar assente na manutenção de um crescimento robusto das exportações de bens e serviços, a par de uma recuperação da procura interna, compatível com a redução do nível de alavancagem das famílias e das empresas não financeiras. O forte crescimento em componentes da procura interna com elevado conteúdo importado, como o consumo privado de bens duradouros e o dinamismo da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em equipamentos e material de transporte, traduziu-se numa aceleração significativa das importações. Consequentemente, o grau de abertura da economia portuguesa deverá registar um aumento significativo. Esta evolução resulta de um aumento similar do peso das exportações e das importações no PIB, em contraste com os últimos anos, em que o aumento do grau de abertura traduziu um forte dinamismo das exportações. Esta projeção é consistente com a manutenção de progressos na correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados no passado.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) apresentou uma recuperação moderada em 2015, após um aumento de 0,6% em 2014. Perspetiva-se uma recuperação do VAB na agricultura, na indústria transformadora e nos serviços, favorecida pelo crescimento das exportações de bens e serviços e pela recuperação da procura interna. Após um longo período de quedas sucessivas, a atividade no setor da construção apresentou uma ligeira recuperação em 2015, embora o nível de atividade neste setor se deva situar 35% abaixo do registado em 2008.

Indicadores Macroeconómicos	2013	2014	2015 <sup>(e)</sup>
<b>Despesa e PIB</b>			
- Consumo Privado	-1,4	2,2	2,7
- Consumo Público	-1,9	-0,5	0,1
- FBCF	-6,3	2,8	4,8
- Exportações	6,4	3,9	5,3
- Importações	3,6	7,2	7,3
- PIBpm	-1,4	0,9	1,6
<b>Inflação</b>	0,4	-0,2	0,6
Índice de Produção Industrial - IT	0,8	1,8	0,9
Índice Volume Negócios na Indústria - IT	-0,5	-1,2	0,2
Índice PSI 20	16,0	-26,8	10,7
Taxa de Desemprego	16,2	13,9	12,3

Fonte: Ministério das Finanças/ Banco de Portugal  
 Leitura: variação percentual, à exceção da Taxa de Desemprego  
 (e)- Estimativa

O consumo privado deverá crescer 2,7% face a uma variação negativa de 2,2% em 2014, beneficiando de uma evolução favorável do rendimento disponível real das famílias e de uma melhoria nas expectativas quanto ao rendimento permanente, num quadro de manutenção de níveis elevados de confiança dos consumidores. A aceleração do rendimento disponível em 2015 reflete a melhoria das condições no mercado de trabalho e a reversão de algumas medidas de consolidação orçamental implementadas nos últimos anos. Adicionalmente, reflete também o efeito positivo decorrente da descida do preço do petróleo.

Após um crescimento de 2,8% em 2014, a FBCF deverá crescer 4,8% em 2015, recuperando de um contexto de quedas muito acentuadas no período de 2009-2013. Importa referir que no atual período de recuperação económica, o aumento do peso da FBCF no PIB tem sido muito mais moderado do que em anteriores recuperações, o que constitui um fenómeno extensível a outros países desenvolvidos e é um dos fatores explicativos da recuperação mais lenta da atividade económica face a ciclos anteriores. No que diz respeito ao investimento empresarial projeta-se um crescimento de 4,6% em 2015, ainda que condicionado pela necessidade de redução do nível de endividamento das empresas. A aceleração das exportações em 2015 para os 5,3% reflete, por um lado, ganhos adicionais de quota de mercado num contexto de forte depreciação do euro e, por outro, fatores de natureza temporária associados à exportação de bens combustíveis. Nos próximos anos não se antecipam ganhos de quota de mercado significativos para as empresas portuguesas, uma vez que os potenciais ganhos adicionais de quota de mercado provenientes da depreciação da taxa de câmbio do euro são parcialmente compensados por efeitos temporários nas exportações de bens energéticos e pelo efeito, que se assume permanente, da queda das exportações para Angola.

A inflação em Portugal tem registado valores baixos desde 2013, num contexto de reduzidas pressões inflacionistas tanto internas como externas. Após uma deflação de 0,2% em 2014, a inflação medida pela taxa de variação do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) apresenta em 2015 um crescimento para 0,6%. O aumento dos preços em 2015 reflete a evolução da componente não energética, principalmente bens alimentares não processados e

serviços, uma vez que os preços dos bens energéticos deverão continuar em queda. O aumento recente da inflação esperada traduz as expectativas de recuperação económica moderada na área do euro e em Portugal e de continuação da política monetária expansionista do BCE, não obstante alguns fatores de incerteza, referentes, nomeadamente, à evolução do preço do petróleo e das matérias-primas.

Adicionalmente, verificou-se uma melhoria dos indicadores qualitativos dos consumidores e empresários quando comparados com os observados em 2014, traduzindo-se num aumento do indicador de sentimento económico. No que diz respeito às condições no mercado há igualmente sinais de uma melhoria moderada do emprego e uma redução da taxa de desemprego, que se situou em 12,3% no final de 2015, face a 13,9% em 2014.

Não obstante as projeções para uma gradual recuperação, a economia portuguesa continua a enfrentar um conjunto de desafios da maior importância. Por um lado, é crucial assegurar um aumento significativo na produtividade, bem como assegurar uma distribuição dos retornos do crescimento económico que contribua para um grau elevado de coesão social. Estes objetivos exigem o reforço de incentivos à inovação, à mobilidade de fatores e a investimentos em capital humano e físico. Por outro lado, importa intensificar os progressos observados na correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados que ainda caracterizam a economia portuguesa. As atuais condições benignas de financiamento externo representam uma oportunidade para orientar as políticas públicas no sentido de aumentar a resiliência da economia portuguesa para fazer face a choques adversos futuros. A diminuição sustentada dos níveis de dívida pública e privada são primordiais. Neste sentido, o sucesso da economia portuguesa depende da prossecução no médio prazo de um saldo das contas públicas próximo do equilíbrio, em linha com as regras do quadro orçamental europeu.

### 1.2.1 O Setor das Telecomunicações

O ano de 2015 marca uma importante reestruturação no setor das telecomunicações, tanto a nível nacional como internacional. Desta forma, destacamos os seguintes eventos no contexto mundial:

- Tratou-se do ano do século XXI com maior número de operações de fusão e aquisição de empresas de tecnologia e de operadores de telecomunicações. Uma das maiores operações da história foi a compra da Time Warner pela Charter Communications (US\$ 78,7b);
- Crescimento sustentado, ao nível global, entre 3% e 4% nas receitas dos operadores. Na Europa, nomeadamente em Portugal, continua a contração de receitas em resultado da crise macroeconómica, embora a ritmos inferiores aos verificados nos anos anteriores;

- Crescimento explosivo das receitas dos “over-the-top players” (OTT), que j6 representam 25% do mercado mundial das telecomunica76es e que t6m conquistado quota de mercado nos servi76os tradicionais, como a voz, mas, sobretudo, nas aplica76es m6veis.

No que se refere ao contexto europeu, salientam-se os seguintes acontecimentos:

- O lan76amento, pela Comiss6o Europeia (CE), das iniciativas para a concretiza76o do Mercado 6nico Digital. Para tal, a CE definiu v6rias a76oes assentes em tr6s pilares fundamentais, a saber: (i) melhor acesso dos consumidores e empresas aos bens e servi76os digitais em toda a Europa, (ii) cria76o de condi76oes adequadas e de condi76oes de concorr6ncia equitativas para o desenvolvimento de redes digitais e servi76os inovadores, bem como (iii) a otimiza76o do potencial de crescimento da economia digital.

Fonte: [http://europa.eu/rapid/press-release\\_IP-15-4919\\_pt.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_IP-15-4919_pt.htm)

- M6ltiplas fus6es e aquisi76oes de operadores, como por exemplo a compra de EE por BT no Reino Unido (£12b), a fus6o das opera76oes dinamarquesas da Telenor e da T6lia, a compra pela Altice dos 20% remanescentes da SFR (€1,95b);
- A continua76o da consolida76o dos fornecedores de equipamento dos operadores de telecomunica76oes, com a compra da Alcatel-Lucent pela Nokia (€15,6b).

No contexto nacional, o setor das telecomunica76oes foi marcado pelos seguintes acontecimentos:

- A compra da PT pela Altice pelo valor total de 5,789 mil milh6es de euros, dos quais 4,920 mil milh6es de euros foram recebidos diretamente pela Oi e a restante quantia (869 milh6es de euros) destinou-se 6 quita76o de d6vidas da PT. Em resultado desta opera76o, a Altice viu-se obrigada 6 venda da ONI e da Cabovis6o, por imposi76o do regulador da concorr6ncia, que foram adquiridas pelo fundo Apax Partners.
- O lan76amento de novas iniciativas para aumentar a cobertura em fibra 6tica do pa6s (an6ncios da PT e da Vodafone);
- Avultados investimentos dos operadores no segmento desportivo, nomeadamente no futebol. A NOS e a PT Portugal assinaram contratos com v6rios clubes das ligas profissionais de futebol entre os quais os tr6s maiores clubes a n6vel nacional. O investimento nos direitos televisivos e em publicidade destes clubes ultrapassa os 1,3 mil milh6es de euros.

No que se refere aos dados operacionais mais relevantes, destaca-se o desenvolvimento do FTTH – *Fiber To The Home*. O quadro que se segue apresenta o n6mero de clientes residenciais em Portugal com Redes e Servi7os de Alta Velocidade em local Fixo, bem como o n6mero de assinantes em dezembro de 2015.

Tal como se pode constatar, este r6cio tem vindo a crescer consideravelmente. Entre o 2.º trimestre de 2015 e o 3.º trimestre do mesmo ano verificou-se um crescimento na ordem dos 4%. Esta varia76o positiva 6 ainda mais acentuada quando comparamos o 3.º trimestre de 2015 com o seu per6odo hom6logo (acr6scimo de 18,4%).

NUTS II	2T15		3T15		Varia76o 3T15/2T15	Varia76o 3T15/3T14
	N.º de Clientes Residenciais	Clientes Residenciais por 100 alojamentos	N.º de Clientes Residenciais	Clientes Residenciais por 100 alojamentos		
NORTE	479	25,6	505	26,9	5,3%	24,2%
CENTRO	194	13,2	205	14,0	5,7%	32,00%
A.M. LISBOA	758	50,7	779	52,0	2,7%	11,3%
ALENTEJO	36	7,6	39	8,2	7,2%	34,6%
ALGARVE	53	13,8	55	14,4	4,0%	24,1%
REGI6O AUTO. A7ORES	29	26,4	30	27,0	2,4%	16,3%
REGI6O AUTO. MADEIRA	47	35,5	48	36,9	3,8%	14,9%
<b>TOTAL</b>	<b>1.596</b>	<b>26,9</b>	<b>1.661</b>	<b>28,0</b>	<b>4,0%</b>	<b>18,4%</b>

Fonte: IPC - ANACOM

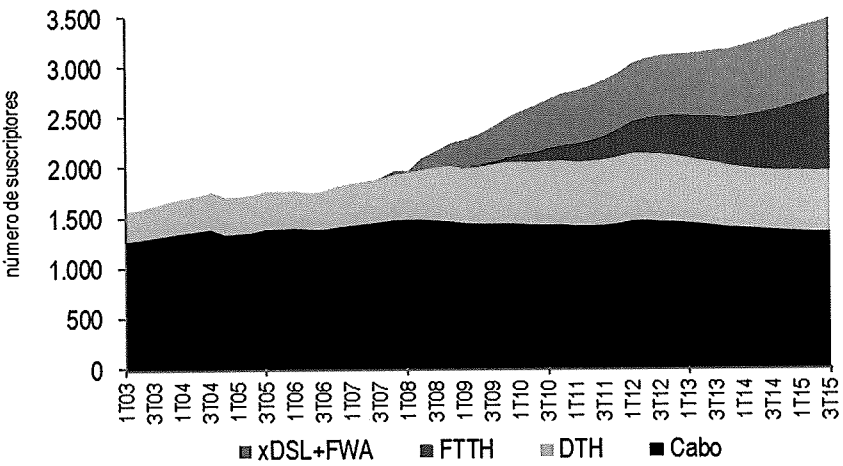
Dado o foco no mercado grossista das empresas de telecomunica76es do grupo dst, importa analisar a evolu76o da procura dos servi7os de retalho suport6veis na sua rede.

Assim, de acordo com os indicadores publicados trimestralmente pelo organismo regulador do setor (ICP – Anacom), o n6mero de assinantes de televis6o por subscri76o (considerando n6o s6 solu76es *wireline* mas tamb6m por sat6lite – DTH – *Direct to Home*) atingiu, no final do 3.º trimestre de 2015, cerca de 3,47 milh6es, mais 43 mil assinantes que no trimestre anterior. Quando comparado com o mesmo per6odo do ano anterior, verifica-se uma varia76o positiva de 5,5%, ou seja, mais 180 mil assinantes.

O aumento do n6mero de assinantes por tecnologia do servi7o de televis6o por subscri76o no 3.º trimestre de 2015 deveu-se ao crescimento das ofertas suportadas em fibra 6tica (FTTH/B), sendo o crescimento do servi7o de fibra 6tica no ano de 2015 superior em 6,4% face ao trimestre anterior. Neste per6odo e em sentido contr6rio, o n6mero de assinantes do servi7o de TV por cabo registou uma ligeira diminui76o.

**Quadro A – Evolução do número de assinantes do serviço de televisão por subscrição**

Por tecnologia



Fonte: IPC - ANACOM

Analisando a distribuição dos assinantes por tipo de serviço de televisão, no final do 3.º trimestre de 2015 o serviço de distribuição de TV por cabo representava 39% do total de assinantes, o DTH 17,5%, o xDSL 22% e a fibra ótica (FTTH/B) 22%.

No período económico em análise e tendo por base o 3.º trimestre de 2015, o Grupo NOS deteve a quota mais elevada de assinantes de TV por subscrição com 43,7%, seguida do Grupo Altice com 41,1% e da Vodafone e Cabovisão com 9,6% e 5,4% respetivamente.

No final do 3.º trimestre de 2015 e de acordo com informação prestada pelo Barómetro de Telecomunicações da Marktest-Rede Fixa, cerca de 71,9% dos lares com TV por subscrição dispunham de mais de 80 canais, o que representa um aumento de 7,9 pontos percentuais quando comparado com o trimestre homólogo. Por outro lado, o acesso a canais *premium* diminuiu face ao ano anterior, em 1,5 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior. (Fonte: IPC – ANACOM).

Assistiu-se, igualmente, a um crescimento do número de clientes de acesso à Internet em local fixo. Segundo dados publicados pela ANACOM com referência ao 3.º trimestre de 2015, verificou-se um crescimento de 10,8% face ao trimestre homólogo, atingindo-se 2,9 milhões de clientes.

#### Quadro B – Evolução do número total de clientes de acesso fixo à Internet

	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15	Δ 3T15 vs 3T14	
						unid.	%
Clientes de banda larga (fixa)	2.639	2.732	2.796	2.860	2.927	288	10,9%
Clientes de acesso <i>dial-up</i>	23	23	23	22	22	-1	-4,3%
<b>Número Total de Clientes</b>	<b>2.662</b>	<b>2.755</b>	<b>2.819</b>	<b>2.882</b>	<b>2.949</b>	<b>287</b>	<b>10,8%</b>

Fonte: ICP - Anacom

Unidade: Milhares de clientes

À semelhança de 2014, a principal tecnologia de acesso à Internet em banda larga fixa em 2015 continuou a ser o ADSL, que representa 34,4% do total com referência ao 3.º trimestre de 2015, não obstante ter sofrido uma ligeira quebra face ao período homólogo. O número de acessos via *modem* cabo representa 34,2% do total de acessos. Por sua vez, o acesso à Internet suportado em fibra ótica (*FTTH/B*) verificou um aumento de 4,4% face ao mesmo período de 2014, sendo esta a tecnologia que mais tem crescido. O número de utilizadores habilitados a utilizar Internet em banda larga móvel aumentou cerca de 4,1% em relação ao trimestre anterior. Este número aumenta para 22,6% se comparado com o mesmo período de 2015. A evolução da banda larga móvel tem sido impulsionada, sobretudo, pelo aumento do número de utilizadores de *smartphones*. (Fonte: IPC – ANACOM).

#### Quadro C – Evolução do número de acessos de banda larga (acesso fixo)

	3T14	2T15	3T15	Δ %	
				3T15/2T15	3T15/3T14
<b>Total de acessos, dos quais:</b>	<b>2.767</b>	<b>3.002</b>	<b>3.074</b>	<b>2,4%</b>	<b>11,1%</b>
<b>Acessos ADSL</b>	1.083	1.069	1.056	-1,2%	-2,5%
% do Total de banda larga fixa	39,1%	35,6%	34,4%		
<b>Acessos modem cabo</b>	1.001	1.034	1.052	1,8%	5,1%
% do Total de banda larga fixa	36,2%	34,5%	34,2%		
<b>Acessos FTTH/B</b>	577	723	774	7,2%	34,3%
% do Total de banda larga fixa	20,8%	24,1%	25,2%		
<b>Outros</b>	107	176	191	9%	79%
% do Total de banda larga fixa	3,8%	5,9%	6,2%		

Fonte: ICP - Anacom

Unidade: Milhares de acessos

No que se refere às quotas de clientes de banda larga fixa, e como se pode observar no quadro seguinte, a quota de clientes do Grupo Altice, no final do 3.º trimestre de 2015, situou-se nos 45%.

**Quadro D – Evolução das quotas de clientes de banda larga (acesso fixo)**

Operador	2014		2015		
	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15
<b>Grupo Altice <sup>1)</sup></b>	5,7%	5,5%	5,2%	51,0%	45,0%
MEO	-	-	-	46,0%	45,0%
Cabovisão	5,5%	5,2%	5,0%	4,7%	-
ONITELECOM	0,3%	0,3%	0,3%	0,2%	-
<b>Grupo PT</b>	<b>48,9%</b>	<b>48,10%</b>	<b>47,20%</b>	-	-
PT Comunicações / MEO	48,9%	48,10%	47,20%	-	-
TMN / MEO	0%	0,00%	-	-	-
<b>Grupo NOS</b>	<b>34,6%</b>	<b>34,7%</b>	<b>35,0%</b>	<b>35,50%</b>	<b>36,00%</b>
NOS Comunicações	32,2%	32,4%	32,70%	33,30%	33,70%
NOS Madeira	1,6%	1,5%	1,50%	1,50%	1,50%
NOS Açores	0,8%	0,8%	0,80%	0,80%	0,70%
<b>Vodafone</b>	<b>10,4%</b>	<b>11,3%</b>	<b>12,3%</b>	<b>13,2%</b>	<b>14,0%</b>
<b>Grupo Apax</b>	-	-	-	-	4,7%
Cabovisão	-	-	-	-	4,5%
ONITELECOM	-	-	-	-	0,2%
<b>Outros Prestadores Alternativos</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,3%</b>

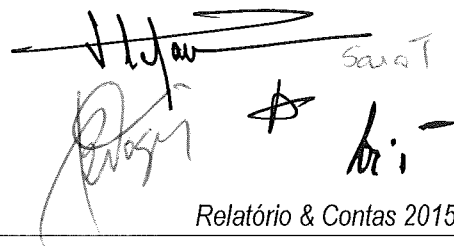
No fecho do 2.º trimestre de 2015, a aquisição da Cabovisão e da ONI ainda não havia sido culminada, por esta razão, ambas aparecem enquadradas no Grupo Altice.

O Grupo NOS dispõe de uma quota de acessos de 36%, resultantes da fusão do Grupo ZON com a Optimus que ocorreu no 3.º trimestre de 2013.

Relativamente à Vodafone, de referir o ritmo crescente no que à captação de assinantes por trimestre diz respeito, atingido um quota de 14% no final do 3.º trimestre de 2015 (+3,6 pontos percentuais do que no 3.º trimestre de 2014).

Em relação ao número de acessos telefónicos principais registou-se uma variação homóloga positiva de 1,8%, sendo que se verificou um crescimento dos acessos VoIP/VoB na ordem dos 14,6%, nos quais se incluem os acessos suportados nas redes de fibra ótica (FTTH/FTTB), que aumentaram 31%, e nas redes de TV por cabo (+2,9%).




  
 Relat6rio & Contas 2015

Com refer6ncia ao final do 3.º trimestre de 2015, o Grupo Altice garantiu uma quota de clientes de 45% neste segmento. O Grupo NOS 6 o 2.º maior prestador, com uma quota de 36%.

**Quadro E – N6mero de acessos do sistema telefone fixo**

	3T14	2T15	3T15	Variac6o 3T15 / 2T15	Variac6o 3T15 / 3T14
<b>Acessos Principais Totais</b>	4.572	4.641	4.654	0,3%	1,8%
<b>Acessos Anal6gicos</b>	1.961	1.875	1.839	-1,9%	-6,2%
(dos quais) Postos P6blicos	23	22	22	-1,4%	-3,7%
<b>Acessos RDIS e Diginet</b>	496	443	433	-2,3%	-12,7%
B6sicos	248	212	206	-2,7%	-16,9%
Prim6rios	243	228	223	-1,9%	-8,2%
Fracionados	3,841	4	3,572	-2,8%	-7,0%
Outros acessos digitais	1	1	1	0,7%	-56,9%
<b>GSM / UMTS</b>	468	497	493	-0,7%	5,4%
<b>VoIP / VoB</b>	1.647	1.826	1.888	3,4%	14,6%

Fonte: ICP - Anacom

Unidade: Milhares de acesso

Para o tri6nio de 2016-2018, o IPC - ANACOM prev6 um conjunto de prioridades estrat6gicas que se orientam para os seguintes pontos:

- Garantia e protecc6o dos direitos dos cidad6os;
- Promoc6o de concorr6ncia entre mercados;
- Garantia da gest6o eficiente dos recursos p6blicos;
- Promoc6o da cooperac6o institucional e t6cnica;
- Promoc6o da efici6ncia e da efic6cia internas.

## 2. Atividade da entidade

### 2.1 Organizacc6o

A Minhocom, Gest6o de Infraestruturas de Telecomunicacc6es, E.I.M., doravante designada por Minhocom, EIM, ou entidade, foi constitu6da no 6mbito do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento, que teve como objetivo apoiar projetos de construcc6o e desenvolvimento de infraestruturas de Banda Larga em regi6es desfavorecidas, corrigir falhas de mercado e criar condicc6es de sustentabilidade econ6mica. O modelo de operacc6o assenta no modelo de *Equal Access Networks*, no qual o acesso 6 infraestrutura 6 aberto a todos os operadores e prestadores de servicc6os de comunicacc6es eletr6nicas devidamente licenciados, sendo que as condicc6es t6cnicas e financeiras de acesso 6 infraestrutura obedecem aos princ6pios de transpar6ncia e n6o discriminacc6o.

A rede da Minhocom, EIM, abrange os Municípios de Paredes de Coura, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção e Melgaço.

A sua atividade ao longo de 2015, à semelhança dos períodos anteriores, foi assegurada com recurso a prestadores de serviços externos especializados nos serviços de telecomunicações, dando cumprimento ao estipulado no âmbito do CCP (Código dos Contratos Públicos).

O excelente desempenho da entidade no período deve-se sobretudo à positiva cooperação entre os seus acionistas públicos e privados, pelo que o trabalho desempenhado foi fundamental para os resultados alcançados ao longo de 2015.

Atualmente, encontra-se em curso o processo de fusão da Minhocom, EIM com a Valicom, Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, E.I.M. ("Valicom, EIM"), uma congénere que abrange os Municípios de Ponte de Lima, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo, Esposende, Caminha e Ponte da Barca.

## 2.2 Custos de exploração

O normal funcionamento da atividade da Minhocom, EIM, implica um investimento permanente na manutenção da infraestrutura. Neste sentido, com o objetivo de manter a qualidade dos serviços prestados aos clientes e a continuidade da atividade, a entidade tem vindo a apostar na permanente inovação, com vista a otimizar a sua gestão corrente e a contenção de custos.

Não obstante a aposta numa gestão otimizada de recursos e contenção de custos, os custos de exploração situaram-se ligeiramente superiores àquela que foi a previsão orçamental para o período de 2015.

## 2.3 Tecnologia

Apesar do cliente de retalho ser agnóstico à tecnologia que suporta a sua prestação de serviços, o mesmo não se passa com os clientes operadores de telecomunicações e sendo a Minhocom, EIM um operador *wholesale*, as opções tecnológicas constituem um elemento fundamental da sua estratégia de diferenciação, pelo que a entidade continuará a seguir as tendências de mercado por forma a complementar as funções existentes e alargar a sua capacidade de fornecimento de serviços, bem como a melhoria do desempenho.

Em linha com o seu excelente *track record* histórico ao nível do cumprimento dos níveis de serviço a que a Minhocom, EIM se comprometeu, também no período em análise tais objetivos foram plenamente alcançados e, em muitas situações, a Entidade provou ser mais eficiente e ultrapassar os níveis de serviço previstos (SLA's).

A Minhocom, EIM manteve, durante o período de 2015, o processo de divulgação e foram propostas novas medidas de sensibilização com o intuito de prevenção de cortes da infraestrutura.

## 2.4 Comercial e marketing

O trabalho comercial desenvolvido tem apresentado resultados muito positivos conforme se constata pelo facto de a entidade ter como clientes, entre outros, os principais operadores de telecomunicações nacionais. O nível de rendimentos de exploração apresentou um crescimento significativo face ao período anterior, quer por via da criação de novos serviços, quer por via do acesso a uma rede maior de infraestruturas, sendo expectável que, em 2016, se mantenha um ritmo de crescimento sustentado ao nível da prestação de serviços de *wholesale*.

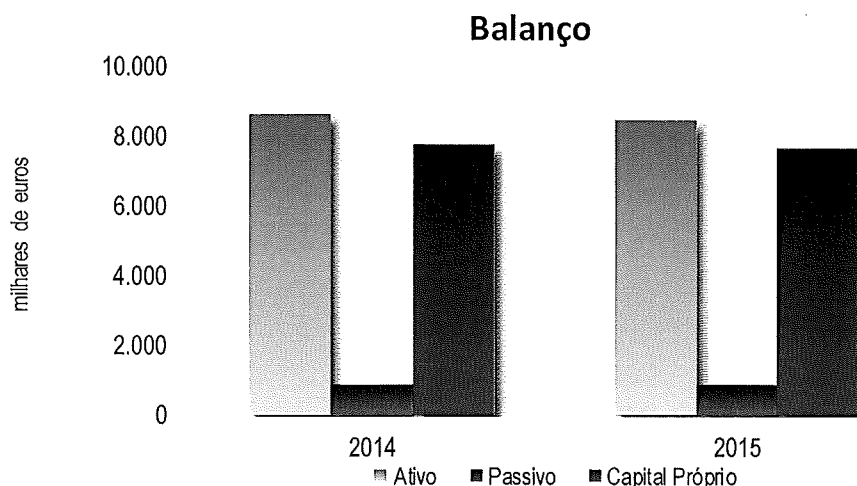
O alargamento do portefólio de serviços tem permitido à Minhocom, EIM ajustar a sua oferta às necessidades do mercado e ultrapassar as limitações resultantes da tipologia da infraestrutura que detém: rede de transporte sem capilaridade. Por este facto, tem vindo a realizar investimento em expansão da rede, essencialmente na infraestruturização de parques industriais, o que permite, por um lado potenciar a região e, por outro lado, a fixação de empresas, possibilitando as mesmas condições das zonas urbanas mais desenvolvidas e onde a proliferação de novas tecnologias é maior. A expansão da rede por via da infraestruturização de novos parques empresariais irá manter-se para o ano de 2016.

Por outro lado, a entidade manteve a aposta na criação de condições de diferenciação da região e apostou nos vetores considerados mais prementes: saúde, educação e área empresarial, tendo dado contributos importantes para a região nestes importantes setores.

## 2.5 Análise económico-financeira

Em linha com o período homólogo, as principais componentes do Balanço no lado do Ativo são os Ativos Fixos Tangíveis e os saldos a receber de Clientes, ao passo que, no lado do Passivo, ressaltam as rubricas de Passivos por Impostos Diferidos, os Diferimentos e os saldos em dívida a Fornecedores e a Outros Credores (Outras Contas a Pagar).

Os Ativos Fixos Tangíveis incluem a infraestrutura da Rede Comunitária e respetivos equipamentos, que ficou concluída em Maio de 2010. A rubrica de Clientes reflete os valores a receber no âmbito dos contratos de conectividade e de aluguer de fibra escura e co-localização da referida Rede Comunitária.



No que respeita ao Capital Próprio da entidade, é de notar que na rubrica de Outros Instrumentos de Capital Próprio encontram-se registadas as prestações acessórias realizadas pelo acionista privado, no montante de 6,5M€. Por sua vez, na rubrica de Outras Variações no Capital Próprio está relevado contabilisticamente, no montante de 2,4M€, o subsídio governamental obtido pela entidade no âmbito do POS\_C. Merece ainda destaque a capacidade da entidade em manter o seu rácio de autonomia financeira na ordem dos 90%.

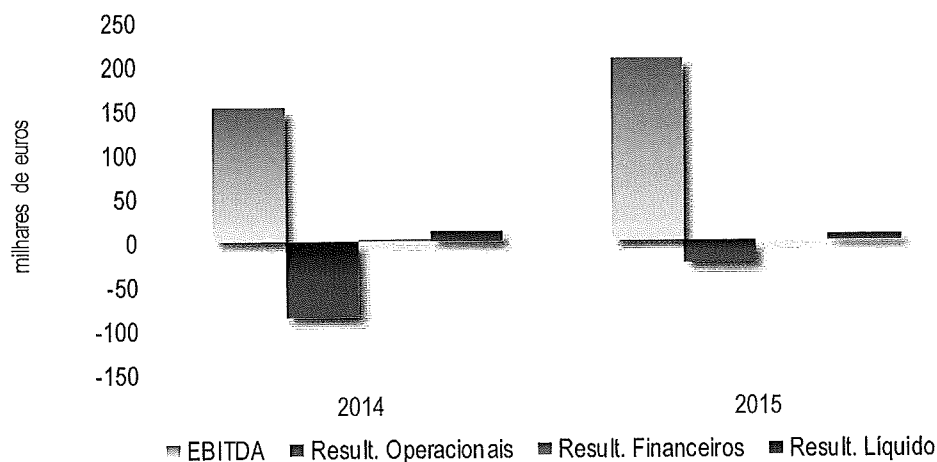
Em 2015, o EBITDA da entidade evoluiu positivamente para 208,8m€, o que representa um aumento de 43% face ao período anterior e uma notável evidência da sustentabilidade operacional da Minhocom, EIM.

O volume de negócios da entidade superou os 345,8m€ no ano, com o qual a entidade atingiu um Resultado Líquido do Período positivo de 7,6m€.

Sarat  
A  
hi-

V. H. Jan  
Relatório & Contas 2015

### Demonstração dos Resultados

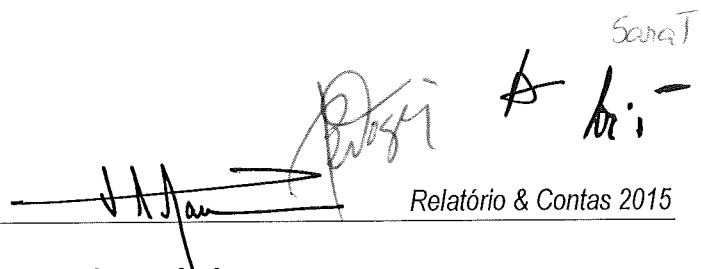


A Minhocom, EIM manteve, em 2015, uma excelente *performance* da sua atividade operacional, facto que se reflete positivamente nos seus indicadores económicos e financeiros, conforme seguem:

Descrição	2013	2014	2015
<b>Indicadores Económicos</b>			
Valor Acrescentado Bruto*	83.738	177.800	236.487
EBITDA*	64.650	154.120	208.781
EBITDA %	36,19%	54,70%	60,37%
Cash-Flow*	224.027	251.992	239.374
<b>Indicadores Financeiros</b>			
Autonomia Financeira	89,89%	89,95%	90,05%
Liquidez Geral	81,83%	136,55%	207,97%
Solvabilidade Total	889,23%	894,88%	905,27%

\*Valores em euros

Salienta-se que, não só a Minhocom, EIM manteve um notável rácio de autonomia financeira, como também os seus níveis de liquidez geral e de solvabilidade total são extremamente positivos. Do mesmo modo, em 2015, a entidade gerou *cash flows* superiores a 239m€, o que é um dado de salutar.

 *Sara T*  
*bi-*  
*Relatório & Contas 2015*

### **3. Factos relevantes ocorridos após o termo do período**

Após o encerramento do período, e até à presente data, não se verificaram acontecimentos que possam ter efeitos materialmente relevantes sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

### **4. Perspetivas futuras**

No decorrer do período de 2016 espera-se que os promotores da Minhocom, EIM, bem como as entidades locais relevantes para a região, continuem a aderir de forma significativa à sua Rede Privada de nova geração, fazendo uso pleno das suas potencialidades e estimulando os operadores de telecomunicações a utilizarem a infraestrutura e serviços da Entidade.

Adicionalmente, é expectável o aumento gradual do volume de negócios da Minhocom, EIM, em resultado da atividade comercial que tem vindo a ser desenvolvida, nomeadamente do alargamento do portefólio de serviços disponibilizados e da continuidade de interligação desta rede com outras Redes de Nova Geração existentes, de modo a desenvolver sinergias na sua rede.

Para 2016 está prevista a conclusão do processo de fusão da entidade com a Valicom, EIM. A concentração das atividades visa o aproveitamento de sinergias, com a consequente diminuição dos custos associados à gestão operativa, ao controlo de gestão e pela eliminação de duplicações em áreas de *back office*.

### **5. Ações próprias**

No decurso do período de 2015 a sociedade não adquiriu nem alienou ações próprias. Em 31 de dezembro de 2015, a sociedade não detinha ações próprias.

### **6. Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores**

Durante o período de 2015 a sociedade não concedeu empréstimos ou créditos a administradores, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas, não facultou aos mesmos quaisquer adiantamentos de remunerações, nem com eles celebrou quaisquer contratos, diretamente ou por interposta pessoa.

## 7. Sucursais da sociedade

A entidade não dispõe de qualquer sucursal.

## 8. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas que o resultado líquido positivo do período de 2015, no valor de 7.646,61€ (sete mil, seiscentos e quarenta e seis euros e sessenta e um cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

Reserva Legal.....	382,33€
Resultados Transitados.....	7.264,28€

## 9. Objetivos e políticas de gestão dos riscos financeiros

No contexto económico e financeiro em que a entidade está inserida, é fundamental a existência de uma estratégia de gestão do risco totalmente integrada na estratégia global da organização, que aumente o seu grau de resiliência e a torne gradualmente imune a imprevistos e efeitos adversos. Neste sentido, a análise do risco é assegurada pelas diversas unidades corporativas do grupo em que a entidade se insere. É desenvolvido um trabalho de identificação prévia dos riscos classificados como sendo os mais críticos, e são definidas estratégias de gestão do risco com vista à implementação de procedimentos de controlo, que o diminuam para um nível aceitável. Através da implementação de procedimentos de controlo, a entidade procura assegurar a eficiência e eficácia das suas operações, assim como a salvaguarda dos ativos, a fiabilidade da informação financeira e o cumprimento das leis e normas. O objetivo final será maximizar o *trade-off* entre os riscos e as margens de negócio, de modo a atingir, de forma sustentada, os objetivos estratégicos do grupo em que está inserida.

## 10. Informações exigidas por diplomas legais

O Conselho de Administração informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Conselho de Administração informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

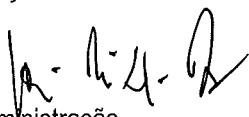
## 11. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2015 foram autorizadas pelo Órgão de Gestão para emissão em 31 de março de 2016.

## 12. Nota final

O Conselho de Administração deixa expressa uma palavra de reconhecimento a todos os seus colaboradores e uma de agradecimento a todos quanto, de uma forma ou de outra, cooperaram com a entidade. Agradecimentos especiais ao Fiscal Único, Clientes, Fornecedores e Entidades Bancárias que muito nos honram com prestimosa relação.

Valença, 31 de março de 2016

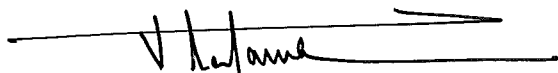


O Conselho de Administração,

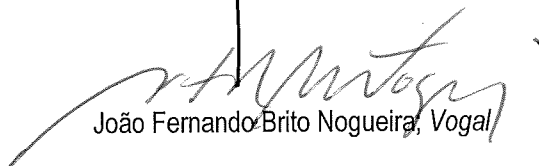
José Gonçalves Teixeira; *Presidente*



António Abílio Pereira Torres; *Vogal*



Vítor Paulo Gomes Pereira; *Vogal*



João Fernando Brito Nogueira; *Vogal*

Sara da Silva Teixeira; *Vogal*

Sara da Silva Teixeira



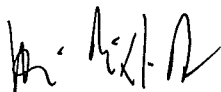
## B) Anexo ao Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Em cumprimento do estatuído no n.º 5 do artigo 447.º e no n.º 4 do artigo 448.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais (CSC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, apresentamos, de seguida, a lista de ações abrangidas pelo disposto nesse preceituado:

1. Nos termos do n.º 5 do art.º 447.º do CSC, em 31 de dezembro de 2015, os membros do Conselho de Administração não eram titulares de quaisquer ações da entidade.
2. Os seguintes acionistas, abrangidos pelo disposto no n.º 4 do art.º 448.º do CSC, eram titulares, em 31 de dezembro de 2015, de pelo menos um décimo do capital:
  - i. – Associação de Municípios do Vale do Minho, com 51% do capital;
  - ii. – dstelecom, s.a., com 48,49% do capital.

Valença, 31 de março de 2016

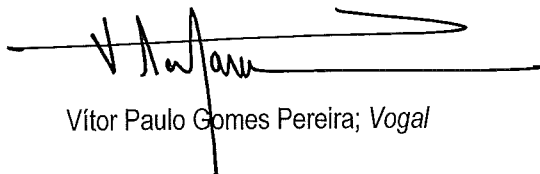
O Conselho de Administração,



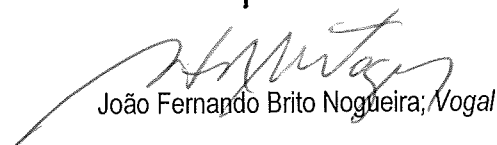
José Gonçalves Teixeira; *Presidente*



António Abílio Pereira Torres; *Vogal*



Vítor Paulo Gomes Pereira; *Vogal*



João Fernando Brito Nogueira; *Vogal*

Sara da Silva Teixeira; *Vogal*



## C) Órgãos Sociais

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: José Gonçalves Teixeira

Vogal: António Abílio Pereira Torres

Vogal: Vítor Paulo Gomes Pereira

Vogal: João Fernando Brito Nogueira

Vogal: Sara da Silva Teixeira

### MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: Augusto Henrique Oliveira Domingues

Vice- Presidente: Jorge Manuel Salgueiro Mendes

Secretário: Susana Daniela Simões da Silva Braga

### ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Fiscal Único Efetivo: Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC, representada por Dr. Mário da Cunha Guimarães (ROC n.º 1159)

Fiscal Único Suplente: Dr.ª Maria Manuela Alves Malheiro (ROC n.º 916)

**D) Demonstrações Financeiras Individuais****Balanço Individual em 31 de dezembro de 2015**

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2015	31-12-2014
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	7.991.141,92	8.324.219,96
Ativos intangíveis	7	-	-
		7.991.141,92	8.324.219,96
<b>Ativo corrente</b>			
Clientes	8	416.236,25	288.112,56
Adiantamentos a fornecedores	14	2.996,00	60,27
Estado e outros entes públicos	10	5.578,19	5.214,71
Outras contas a receber	9	37.766,74	2.420,65
Diferimentos	11	695,01	633,44
Caixa e depósitos bancários	4	9.896,23	6.879,82
		473.168,42	303.321,45
Total do ativo		8.464.310,34	8.627.541,41
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado	12	50.000,00	50.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	13	6.479.588,53	6.479.588,53
Reservas legais		591,10	-
Resultados transitados		(1.342.199,83)	(1.322.837,75)
Outras variações no capital próprio		2.426.687,78	2.541.775,46
Resultado líquido do período		7.646,61	11.821,95
Total do capital próprio		7.622.314,19	7.760.348,19
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Passivos por impostos diferidos	16	614.475,96	645.068,89
		614.475,96	645.068,89
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	14	66.317,43	46.696,04
Estado e outros entes públicos	10	5.519,42	20.224,99
Outras contas a pagar	15	67.377,06	65.797,15
Diferimentos	11	88.306,28	89.406,15
		227.520,19	222.124,33
Total do passivo		841.996,15	867.193,22
Total do capital próprio e do passivo		8.464.310,34	8.627.541,41

Valença, 31 de março de 2016

O Conselho de Administração,  
Sociedade da Silva TeixeiraO Contabilista Certificado n.º 55854,  
Susana Oliveira

## Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas – período findo em 31 de dezembro de 2015

Unidade monetária: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	17	345.827,99	281.743,13
Fornecimentos e serviços externos	19	(123.042,56)	(117.034,43)
Gastos com o pessoal	20	(26.251,77)	(16.920,11)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	-	(8.386,29)
Outros rendimentos e ganhos	18 e 21	13.701,08	13.091,35
Outros gastos e perdas	22	(1.453,61)	(6.760,20)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		208.781,13	145.733,45
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(231.727,45)	(231.783,45)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(22.946,32)	(86.050,00)
Juros e rendimentos similares obtidos	23	-	16,52
Resultado antes de impostos		(22.946,32)	(86.033,48)
Imposto sobre o rendimento do período		30.592,93	97.855,43
Resultado líquido do período		7.646,61	11.821,95
Resultado por ação básico		0,76	1,18

Valença, 31 de março de 2016

O Conselho de Administração,  
Sora da Silva Teixeira

O Contabilista Certificado n.º 55854,  
Susana Queiroz

*Handwritten signatures:*  
 - Top signature: J. R. L. A.  
 - Middle signature: A. - n. b. A. -  
 - Large signature: Sora da Silva Teixeira  
 - Bottom signature: V. Lafane

## Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2015

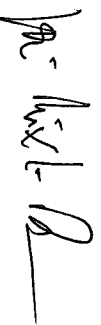
Unidade monetária: euros

DESCRIÇÃO	NOTAS						Resultado líquido do período	Total
	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transferidos	Outras variações no capital próprio			
Posição em 1 de janeiro de 2015	50.000,00	6.479.588,53	-	(1.322.837,75)	2.541.775,46	11.821,95	7.760.348,19	
<b>Alterações no período</b>								
Aplicação do resultado de 2014	-	-	591,10	11.230,85	-	(11.821,95)	-	
Alterações em outras variações no capital próprio:								
Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período	-	-	-	(30.592,93)	(145.680,61)	-	(145.680,61)	
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	591,10	(19.362,08)	30.592,93	-	-	
<b>Resultado líquido do período</b>								
Resultado integral						7.646,61	7.646,61	
Operações com detentores de capital no período						7.646,61	7.646,61	
Posição em 31 de dezembro de 2015	50.000,00	6.479.588,53	591,10	(1.342.199,83)	2.426.687,78	7.646,61	7.622.314,19	

Valença, 31 de março de 2016

O Conselho de Administração,


Sora do Silve Teixeira



A - - - - -



minhocom, eim



O Contabilista Certificado n.º 55854,

Susana Queiroz

## Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2014

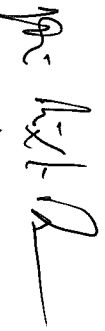
Unidade monetária: euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio				Resultado líquido do período	Total	
		Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transferidos			
Posição em 1 de janeiro de 2014		50.000,00	6.479.588,53	-	(1.199.914,66)	2.589.600,64	(25.067,66)	7.894.206,85
<b>Alterações no período</b>								
Aplicação do resultado de 2013		-	-	-	(25.067,66)	-	25.067,66	-
Alterações em outras variações no capital próprio:								
Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período		-	-	-	(97.855,43)	(145.680,61)	-	(145.680,61)
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	(122.923,09)	97.855,43	-	-
<b>Resultado líquido do período</b>						(47.825,18)	25.067,66	(145.680,61)
<b>Resultado integral</b>							11.821,95	11.821,95
Operações com detentores de capital no período								
Posição em 31 de dezembro de 2014		50.000,00	6.479.588,53	-	(1.322.837,75)	2.541.775,46	11.821,95	7.760.348,19

Valença, 31 de março de 2016

O Conselho de Administração,

Sora da Silva Teixeira





Mihhocom, eim



O Contabilista Certificado n.º 55854,

Susana Queiras

## Demonstração Individual de Fluxos de Caixa – período findo em 31 de dezembro de 2015

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</b>			
Recebimentos de clientes		179.909,78	132.506,17
Pagamentos a fornecedores		(99.098,14)	(100.082,07)
Pagamentos ao pessoal		(24.113,13)	(15.641,49)
Caixa gerada pelas operações		56.698,51	16.782,61
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		(1.363,48)	(976,87)
Outros recebimentos/pagamentos		-	-
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>55.335,03</b>	<b>15.805,74</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(52.318,62)	(22.074,22)
		(52.318,62)	(22.074,22)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		-	16,52
		-	16,52
<b>Fluxo de caixa das atividades investimento (2)</b>		<b>(52.318,62)</b>	<b>(22.057,70)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-	-
<b>Fluxo de caixa das atividades financiamento (3)</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)</b>		<b>3.016,41</b>	<b>(6.251,96)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	6.879,82	13.131,78
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	9.896,23	6.879,82

Valença, 31 de março de 2016

O Conselho de Administração,  
Sora da Silva Teixeira

O Contabilista Certificado n.º 55854,  
Susana Queiroz

## Anexo em 31 de dezembro de 2015

### 1. Identificação da entidade

Designação da entidade: Minhocom, gestão de infraestruturas de telecomunicações, eim.

Sede Social: Avenida Miguel Dantas, nº 69, Valença

Data da Constituição: 20 de março de 2008

N.º Contribuinte: 508 515 548

C.A.E.: 61100 – Atividades de Telecomunicações

Designação da empresa-mãe: Associação de Municípios do Vale do Minho

Sede da empresa-mãe: Valença

Natureza da atividade: Implementação e gestão de infraestruturas e serviços de telecomunicações e gestão da rede Comunitária do Vale do Minho, com vista à exploração de uma atividade de interesse geral.

As presentes demonstrações financeiras da entidade são as suas demonstrações financeiras individuais.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

#### 2.1. Sistema de Normalização Contabilística

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

As referidas normas do SNC estão reguladas pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (SNC), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto;
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Concetual);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);





SuaT  
M. A.  
Relatório & Contas 2015 50

### 3.1.3. Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro.

### 3.1.4. Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes das demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

### 3.1.5. Compensação

Os ativos e os passivos, assim como os rendimentos e os gastos, foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

### 3.1.6. Informação comparativa

As políticas contabilísticas e as bases de mensuração adotadas a 31 de dezembro de 2015 são comparáveis com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes, permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.



As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de quaisquer alterações a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

Os gastos com reparações e manutenção que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidos como gasto no período em que são incorridos.

As grandes reparações relativas à substituição de peças de equipamentos são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil residual dos respetivos ativos principais.

As mais ou menos valias resultantes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o montante recebido das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", respetivamente.

### 3.2.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição deduzido das correspondentes amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade e sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

Na sua maioria, os ativos intangíveis são constituídos por programas de computador e são amortizados pelo método da linha reta, aplicado em regime de duodécimos a partir do momento em que os mesmos estão disponíveis para uso, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada. Não é considerado qualquer valor residual.

As vidas úteis e as taxas utilizadas para os ativos intangíveis foram as seguintes:

	Vida útil	Taxa anual (%)
Programas de computador	3	33,33

As mais e menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação/retirada, sendo reconhecidas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

### 3.2.3. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de eventos passados e cuja existência só se confirmará caso ocorra, ou não, um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Se for provável a existência de benefícios económicos futuros, a entidade não reconhece esse ativo contingente nas suas demonstrações financeiras, mas promove a sua divulgação.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

### 3.2.4. Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efetivamente necessários para fazer face a perdas estimadas, sendo revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões são reconhecidas se, e só se, a entidade tiver uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado, e se for provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

### 3.2.5. Benefícios dos empregados

#### Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo dos empregados incorporam os ordenados, salários, contribuições para a Segurança Social, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições decididas pontualmente pelo Conselho de Administração.

*Savat*  
*bi - A*  
*SO*  
*Relatório & Contas 2015*

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gasto no período temporal em que o empregado prestou serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

#### Benefícios de longo prazo

Os benefícios de longo prazo dos empregados incluem um seguro de saúde que abrange a generalidade dos colaboradores.

#### 3.2.6. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

##### Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas ao valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade acumuladas, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

No final de cada período de relato são analisadas as dívidas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis.

As perdas por imparidade são reconhecidas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. A evidência objetiva de imparidade para um portefólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças,

aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

O valor da perda por imparidade é reconhecido como gasto na demonstração dos resultados.

Sempre que for definido/acordado com um cliente a liquidação das respetivas dívidas em diversas prestações, a entidade optou por valorizar essa mesma dívida ao custo amortizado, satisfazendo todas as condições definidas na NCRF 27, nomeadamente que:

- tem uma maturidade definida;
- os retornos para o detentor são de montante fixo, de taxa de juro variável, durante a vida do instrumento, com indexante típico de mercado financeiro (Euribor), mais um spread (5%);
- não contém nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Desta forma a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período definido, utilizando o método do juro efetivo.

#### Adiantamentos a fornecedores

Estes saldos são apresentados pelo respetivo custo deduzido de perdas por imparidade, sempre que aplicável.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

#### Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

Sawal  
A hi -  
50

  
Relatório & Contas 2015

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

#### Empréstimos e outras contas a pagar correntes e não correntes

Os financiamentos e as contas a pagar não correntes são reconhecidos no passivo pelo custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com financiamentos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o pressuposto do acréscimo.

#### Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao custo, deduzido dos custos de transação incorridos.

Um instrumento de capital próprio é classificado como tal quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.



Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são reconhecidos por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor de emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são reconhecidos no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

### 3.2.7. Rédito

O rédito compreende os rendimentos associados a serviços prestados. O rédito na prestação de serviços é reconhecido na demonstração dos resultados quando prestados, tendo em conta a proporção entre os serviços prestados no período e os serviços totais contratados.

O rédito não é reconhecido quando é decorrente de situações de incerteza face à aceitação ou cobrança da prestação de serviços.

Caso se verifiquem situações em que os serviços faturados são superiores aos serviços prestados, a diferença é reconhecida na rubrica "Rendimentos a reconhecer", sendo reconhecidos na demonstração dos resultados à medida que os mesmos são prestados e os respetivos gastos, associados a essa prestação, incorridos.

### 3.2.8. Subsídios e apoios do Governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a entidade irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis atribuídos para financiamento de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos no capital próprio e posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações e amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

Nesta conformidade, em prol da imagem verdadeira e apropriada, na demonstração dos resultados, o valor das depreciações e amortizações aparece líquido do montante do subsídio imputado a rendimento do período.

### 3.2.9. Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja detetado um acontecimento ou alteraç6o nas circunst6ncias que indiquem que o valor pelo qual o ativo se encontra reconhecido possa n6o ser recuper6vel, 6 efetuada uma avaliaç6o de imparidade dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra mensurado 6 superior 6 sua quantia recuper6vel, 6 reconhecida uma perda por imparidade na demonstraç6o dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreci6veis/amortiz6veis (perdas/revers6es)", ou nas rubrica "Imparidade de d6vidas a receber (perdas/revers6es)" ou "Imparidade de invent6rios (perdas/revers6es)" caso a mesma respeite a ativos n6o depreci6veis.

A quantia recuper6vel 6 a mais alta entre o preç6o de venda l6quido e o valor de uso. O preç6o de venda l6quido 6 o montante que se obteria com a alienaç6o do ativo, numa transaç6o entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribu6veis 6 alienaç6o. O valor de uso 6 o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que s6o esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienaç6o no final da sua vida 6til. A quantia recuper6vel 6 estimada para cada ativo, individualmente, ou, no caso de n6o ser poss6vel, para a unidade geradora de fluxos de caixa 6 qual o ativo pertence.

Ap6s o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortizaç6o/depreciaç6o do ativo 6 ajustado nos per6odos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver), numa base sistem6tica, durante a vida 6til remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteraç6o nas circunst6ncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra reconhecido n6o possa ser recuperado, 6 efetuada uma nova avaliaç6o da imparidade.

A revers6o de perdas por imparidade reconhecidas em per6odos anteriores ocorre quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente j6 n6o existem ou diminuiram. A revers6o das perdas por imparidade 6 reconhecida na demonstraç6o dos resultados na rubrica supra referida. A revers6o da perda por imparidade 6 efetuada at6 ao limite da quantia que estaria reconhecida (l6quida de amortizaç6o ou depreciaç6o) caso a perda por imparidade n6o se tivesse reconhecido em per6odos anteriores.

### 3.2.10. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui gastos e rendimentos que são dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A entidade procede ao reconhecimento de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos sobre o rendimento, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

O imposto corrente e os impostos diferidos são reconhecidos em resultados, salvo quando se relacionam com itens reconhecidos diretamente no capital próprio. Nestes casos, os respetivos impostos diferidos são igualmente reconhecidos no capital próprio.

As declarações fiscais poderão estar sujeitas a revisões e eventuais correções por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira por um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Assim, poderão ser efetuadas correções referentes aos anos de 2012 e seguintes, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo acima referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2010, de quatro anos para os períodos de 2010 a 2013 e de cinco anos relativamente aos períodos posteriores, estes são suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

### 3.3. Juízos de valor, principais pressupostos relativos ao futuro e principais fontes de incerteza das estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF exige o recurso a determinadas estimativas e pressupostos contabilísticos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Quando necessário, todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospetiva.

### 3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade.

## 4. Fluxos de caixa

A demonstração de fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, pelo qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" tem a seguinte composição:

	31.12.2015	31.12.2014
Caixa	28,00	28,00
Depósitos bancários	9.868,23	6.851,82
<b>Total de caixa e depósitos bancários</b>	<b>9.896,23</b>	<b>6.879,82</b>

Não existem quantias de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso.

## 5. Partes relacionadas


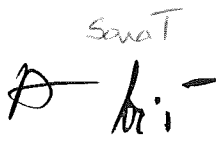
## a) Informação relativa à empresa-mãe

Tem participação no capital social da entidade, com valor superior a 20%, a seguinte pessoa coletiva:

Sociedades	Participação
Associação de Municípios do Vale do Minho	51,00%
DSTelecom, S.A.	48,49%

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os principais saldos entre a entidade, acionistas, empresas do grupo, associadas e relacionadas são os seguintes:

Empresas	31.12.2015	31.12.2014
<b>Empresas associadas</b>		
blu, s.a.	-	15.685,21
derivadas e segmentos, s.a.	-	9,78
domingos da silva teixeira, s.a.	(55,76)	(2.035,50)
dst - sgps, s.a.	-	(11.563,66)
dstelecom, norte, s.a.	188.972,81	108.425,09
dstelecom, s.a.	150.473,76	74.183,14
dte, instalações especiais, s.a.	(22.555,47)	(29.950,31)
innovation point - investigação e desenvolvimento, s.a.	-	(2.154,96)
valicom gestão de infraestruturas de telecomunicações, eim	(6.137,59)	10.455,59
	<b>310.697,75</b>	<b>163.054,38</b>



  
 Relatório & Contas 2015 **SO**

Durante o período de 2015, as principais transações entre a entidade, acionistas, empresas do grupo, associadas e relacionadas são os seguintes:

Empresas	2015			
	Vendas e serviços prestados	Compras e aquisições	Fornecimentos e serviços externos	Outros rendimentos e ganhos
<b>Empresas associadas</b>				
domingos da silva teixeira, s.a.	-	-	(3.600,00)	-
dst center, s.a.	-	-	(900,00)	-
dstelecom, norte, s.a.	58.940,25	-	-	6.545,65
dstelecom, s.a.	145.932,11	-	(60.079,18)	609,76
dte, instalações especiais, s.a.	-	(44.330,02)	(9.272,83)	-
innovation point - investigação e desenvolvimento, s.a.	-	-	(1.387,00)	-
valicom gestão de infraestruturas de telecomunicações, eim	41.072,69	-	-	-
	<b>245.945,05</b>	<b>(44.330,02)</b>	<b>(75.239,01)</b>	<b>7.155,41</b>

Durante o período de 2014, as principais transações entre a entidade, acionistas, empresas do grupo, associadas e relacionadas são os seguintes:

Empresas	2014			
	Vendas e serviços prestados	Fornecimentos e serviços externos	Juros e rendimentos similares obtidos	Outros rendimentos e ganhos
<b>Empresas associadas</b>				
blu, s.a.	12.752,22	-	-	-
domingos da silva teixeira, s.a.	-	(5.690,00)	-	-
dst - sgps, s.a.	-	-	16,52	-
dstelecom, norte, s.a.	52.394,59	-	-	13.091,35
dstelecom, s.a.	72.085,50	(59.011,32)	-	-
dte, instalações especiais, s.a.	-	(9.776,31)	-	-
innovation point - investigação e desenvolvimento, s.a.	-	(1.241,00)	-	-
valicom gestão de infraestruturas de telecomunicações, eim	39.882,46	-	-	-
	<b>177.114,77</b>	<b>(75.718,63)</b>	<b>16,52</b>	<b>13.091,35</b>

b) Remunerações atribuídas aos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais da entidade no exercício das suas funções durante o período de 2015 e 2014 foram as seguintes:

	2015	2014
Órgãos Sociais	15.362,25	7.089,25
Fiscal Único (ROC)	2.952,00	1.230,00
	<b>18.314,25</b>	<b>8.319,25</b>

## 6. Ativos fixos tangíveis

A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com referência ao período de 2015, pode ser analisada como segue:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	AFT em curso	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	9.245.074,77	876.269,71	5.233,47	10.128.633,69
2 Depreciações acumuladas iniciais	1.274.603,82	527.754,17	-	1.804.413,73
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-
4 Quantia líquida escriturada inicial(4 = 1 - 2 - 3)	7.970.470,95	348.515,54	5.233,47	8.324.219,96
5 Movimentos do período:(5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4)	(223.363,50)	(104.481,07)	(5.233,47)	(333.078,04)
5.1 <b>Total das adições</b>	44.330,02	-	-	44.330,02
Aquisições em 1.ª mão	44.330,02	-	-	44.330,02
5.2 <b>Total das diminuições</b>	272.926,99	104.481,07	-	377.408,06
Depreciações	272.926,99	104.481,07	-	377.408,06
5.3 Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-
5.4 Transferências de AFT em curso	5.233,47	-	(5.233,47)	-
6 Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	7.747.107,45	244.034,47	-	7.991.141,92

A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com referência ao período de 2014, pode ser analisada como segue:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	AFT em curso	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	9.212.156,43	864.585,31	-	10.078.797,48
2 Depreciações acumuladas iniciais	1.000.768,10	424.611,94	-	1.427.435,78
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-
4 Quantia líquida escriturada inicial(4 = 1 - 2 - 3)	8.211.388,33	439.973,37	-	8.651.361,70
5 Movimentos do período:(5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4)	(240.917,38)	(91.457,83)	5.233,47	(327.141,74)
5.1 <b>Total das adições</b>	32.918,34	11.684,40	5.233,47	49.836,21
Aquisições em 1.ª mão	32.918,34	11.684,40	5.233,47	49.836,21
5.2 <b>Total das diminuições</b>	273.835,72	103.142,23	-	376.977,95
Depreciações	273.835,72	103.142,23	-	376.977,95
6 Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	7.970.470,95	348.515,54	5.233,47	8.324.219,96

Nos períodos de 2015 e de 2014, a rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2015			2014		
	Gastos de depreciação e de amortização	Reversões de depreciação e de amortização	Total	Gastos de depreciação e de amortização	Reversões de depreciação e de amortização	Total
Ativos fixos tangíveis	(377.408,06)	145.680,61	(231.727,45)	(376.977,95)	145.680,61	(231.297,34)
Ativos intangíveis	-	-	-	(486,11)	-	(486,11)
	<b>(377.408,06)</b>	<b>145.680,61</b>	<b>(231.727,45)</b>	<b>(377.464,06)</b>	<b>145.680,61</b>	<b>(231.783,45)</b>

Os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos de acordo com a política contábilística definida na Nota 3 acima.

Os ativos fixos tangíveis líquidos estão na sua totalidade afetos à atividade da entidade, não existindo quaisquer bens em poder de terceiros.

No período não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade, em virtude de ser convicção do Conselho de Administração que a quantia recuperável dos ativos excede a sua quantia escriturada.

## 7. Ativos intangíveis

A informação relativa à quantia escriturada dos ativos intangíveis, com referência ao período de 2015, pode ser analisada como segue:

Descrição	Programas de computador	Total
Com vida útil finita:		
4 Quantia bruta escriturada inicial	333.618,04	333.618,04
5 Amortizações acumuladas iniciais	333.618,04	333.618,04
6 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-
7 Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	-	-
8 Movimentos do período:(8 = 8.1 - 8.2)	-	-
8.1 <b>Total das adições</b>	-	-
8.2 <b>Total das diminuições</b>	-	-
9 Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	-	-

A informação relativa à quantia escriturada dos ativos intangíveis, com referência ao período de 2014, pode ser analisada como segue:

Descrição	Programas de computador	Total
Com vida útil finita:		
4 Quantia bruta escriturada inicial	333.618,04	333.618,04
5 Amortizações acumuladas iniciais	333.131,93	333.131,93
6 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-
7 Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	486,11	486,11
8 Movimentos do período:(8 = 8.1 - 8.2)	(486,11)	(486,11)
8.1 <b>Total das adições</b>	-	-
8.2 <b>Total das diminuições</b>	486,11	486,11
Amortizações	486,11	486,11
9 Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	-	-



## 8. Clientes

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica "Clientes" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2015	31.12.2014
Clientes c/c	416.236,25	288.112,56
Clientes de cobrança duvidosa	8.386,29	8.386,29
	<u>424.622,54</u>	<u>296.498,85</u>
Perdas por imparidade acumuladas	(8.386,29)	(8.386,29)
	<u>416.236,25</u>	<u>288.112,56</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as dívidas de cobrança duvidosa apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2015	31.12.2014
Reclamadas judicialmente	8.386,29	8.386,29
	<u>8.386,29</u>	<u>8.386,29</u>

Nos períodos de 2015 e de 2014, a rubrica "Imparidade de dívidas a receber" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2015			2014		
	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Total	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Total
Dívidas a receber de clientes	-	-	-	(8.386,29)	-	(8.386,29)
	-	-	-	(8.386,29)	-	(8.386,29)

## 9. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica "Outras contas a receber" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2015	31.12.2014
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Serviços prestados	37.766,74	1.940,44
	<u>37.766,74</u>	<u>1.940,44</u>
Outros devedores	-	480,21
	<u>37.766,74</u>	<u>2.420,65</u>

10. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2015	31.12.2014
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre rendimento	5.578,19	5.214,71
	<b>5.578,19</b>	<b>5.214,71</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre rendimento	-	-
Retenção de impostos sobre rendimento	295,52	184,56
Imposto sobre o valor acrescentado	4.581,56	19.631,20
Contribuições para a Segurança Social	642,34	409,23
	<b>5.519,42</b>	<b>20.224,99</b>

11. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica "Gastos e rendimentos a reconhecer" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2015	31.12.2014
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Serviços a prestar nos próximos anos já faturados	511,00	594,44
Seguros	171,01	-
Outros gastos	13,00	39,00
	<b>695,01</b>	<b>633,44</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Serviços a prestar nos próximos anos já faturados	86.124,38	87.224,27
Outros rendimentos	2.181,90	2.181,88
	<b>88.306,28</b>	<b>89.406,15</b>

## 12. Capital realizado

O capital societário da entidade manteve-se inalterado no período, sendo constituído por 10.000 ações escriturais, nominativas, com o valor nominal unitário de cinco euros, encontra-se totalmente realizado.

A Associação de Municípios do Vale do Minho detém 5.100 ações de categoria A, relativamente às quais são conferidos direitos especiais quanto à partilha do ativo resultante da liquidação da sociedade. Todas as restantes ações são ordinárias.

## 13. Outros instrumentos de capital próprio

Nesta rubrica encontram-se reconhecidas as prestações acessórias suplementares efetuadas pelo sócio privado no valor de 6.479.588,53 euros, e que o Conselho de Administração considera que não se qualificam como passivo.

A restituição das prestações acessórias depende da deliberação dos acionistas e não pode ser efetuada se, após a restituição, o capital próprio ficar inferior à soma do capital societário e as reservas legais.

## 14. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2015	31.12.2014
Fornecedores c/c	66.317,43	46.696,04
	<b>66.317,43</b>	<b>46.696,04</b>

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica "Adiantamentos a fornecedores" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2015	31.12.2014
Fornecedores	2.996,00	60,27
	<b>2.996,00</b>	<b>60,27</b>

## 15. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica "Outras contas a pagar" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2015	31.12.2014
<b>Passivo corrente</b>		
Remunerações a pagar	1.240,12	1.040,01
Fornecedores de investimentos	21.211,71	29.950,31
Credores por acréscimos de gastos		
Seguros	35,96	42,21
Remunerações a pagar	4.269,38	2.674,92
Fornecimentos e serviços externos	9.276,96	1.496,77
	<u>13.582,30</u>	<u>4.213,90</u>
Passivos por impostos diferidos	30.592,93	30.592,93
Outros	750,00	-
	<u>67.377,06</u>	<u>65.797,15</u>

## 16. Ativos e passivos por impostos diferidos

As variações na rubrica "Ativos e passivos por impostos diferidos", com referência ao período de 2015, são as seguintes:

	01.01.2015		Variação		31.12.2015	
	Base	imposto	Base	imposto	Base	imposto
<b>Passivos por impostos diferidos</b>						
Subsídio investimento	3.217.437,28	675.661,82	(115.445,01)	(30.592,93)	3.101.992,27	645.068,89
	<u>3.217.437,28</u>	<u>675.661,82</u>	<u>(115.445,01)</u>	<u>(30.592,93)</u>	<u>3.101.992,27</u>	<u>645.068,89</u>
<b>Não Corrente</b>		645.068,89				614.475,96
<b>Corrente</b>		30.592,93				30.592,93

As variações na rubrica "Ativos e passivos por impostos diferidos", com referência ao período de 2014, são as seguintes:

	01.01.2014		Variação		31.12.2014	
	Base	imposto	Base	imposto	Base	imposto
<b>Passivos por impostos diferidos</b>						
Subsídio investimento	3.363.117,89	773.517,25	(145.680,61)	(97.855,43)	3.217.437,28	675.661,82
	<u>3.363.117,89</u>	<u>773.517,25</u>	<u>(145.680,61)</u>	<u>(97.855,43)</u>	<u>3.217.437,28</u>	<u>675.661,82</u>
<b>Não Corrente</b>		728.757,03				645.068,89
<b>Corrente</b>		44.760,22				30.592,93

## 17. Vendas e serviços prestados

Nos períodos de 2015 e de 2014, a rubrica "Vendas e serviços prestados" apresentavam a seguinte composição:

Rubricas	2015		2014	
	mercado interno	Total	mercado interno	Total
Serviços prestados	345.827,99	345.827,99	281.743,13	281.743,13
	<b>345.827,99</b>	<b>345.827,99</b>	<b>281.743,13</b>	<b>281.743,13</b>

## 18. Subsídios e apoios do Governo

A entidade obteve um subsídio referente ao financiamento do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento (POS\_C), entidade tutelada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no âmbito da medida 4.1 "Redes Comunitárias", sendo cofinanciado pelo FEDER, no valor de 4.044.066,68 €.

O valor total do subsídio encontra-se registado na rubrica "Outras variações no capital próprio" e encontra-se a ser reconhecido ano a ano por contrapartida da demonstração dos resultados em função da depreciação/amortização da Rede Comunitária. Durante o ano de 2015, o valor reconhecido, foi de 145.680,61€.

## 19. Fornecimentos e serviços externos

Nos períodos de 2015 e de 2014, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2015	2014
Subcontratos	8.119,98	5.379,31
Eletricidade	31.679,56	27.772,41
Material escritório	70,00	295,00
Rendas e alugueres	15.659,64	854,26
Comunicação	133,45	205,36
Seguros	2.462,94	1.664,20
Deslocações e estadas	-	1.023,42
Contencioso e notariado	312,00	1.131,00
Conservação e reparação	10.148,83	10.584,50
Trabalhos especializados	54.225,16	66.287,32
Licenças de software	133,00	980,65
Outros FSE	98,00	857,00
	<b>123.042,56</b>	<b>117.034,43</b>

20. Benefícios dos empregados, pessoas ao serviço e gastos com o pessoal

20.1. Pessoas ao serviço

	2015	2014
Administradores	5	5
Empregados	<u>1</u>	<u>1</u>
	<b>6</b>	<b>6</b>

20.2. Gastos com o pessoal

Nos períodos de 2015 e de 2014, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2015	2014
Remunerações dos órgãos sociais	15.362,25	7.089,25
Remunerações do pessoal	6.400,36	6.673,15
Encargos sobre remunerações	4.212,37	3.003,05
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	258,12	134,61
Seguros saúde e vida	<u>18,67</u>	<u>20,05</u>
	<b>26.251,77</b>	<b>16.920,11</b>

21. Outros rendimentos e ganhos

Nos períodos de 2015 e de 2014, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2015	2014
Rendimentos suplementares	<u>13.701,08</u>	<u>13.091,35</u>
	<b>13.701,08</b>	<b>13.091,35</b>

22. Outros gastos e perdas

Nos períodos de 2015 e de 2014, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2015	2014
Impostos e taxas	438,00	670,00
Danos a terceiros	-	6.000,00
Serviços bancários	15,61	5,20
Outros gastos e perdas	1.000,00	85,00
	<b>1.453,61</b>	<b>6.760,20</b>

23. Juros e rendimentos similares obtidos

Nos períodos de 2015 e de 2014, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2015	2014
Juros de empréstimos concedidos	-	16,52
	-	<b>16,52</b>

24. Acontecimentos após a data do balanço

Entre a data de reporte das Demonstrações Financeiras (31 de dezembro de 2015) e a data de autorização para a sua emissão (31 de março de 2016), não ocorreram factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às Demonstrações Financeiras do período.

25. Divulgações exigidas por diplomas legais

O Órgão de Gestão informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Órgão de Gestão informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

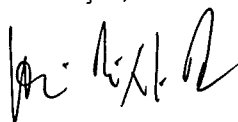
Dando cumprimento ao estipulado na alínea b), do n.º 1 do artigo 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, a entidade informa que os honorários praticados pelo Fiscal Único (Revisor Oficial de Contas) ascenderam a 2.952 euros, referentes unicamente a serviços de revisão legal das contas.

26. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2015 foram autorizadas pelo Órgão de Gestão para emissão em 31 de março de 2016.

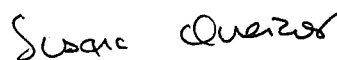
Valença, 31 de março de 2016

O Conselho de Administração,



José Gonçalves Teixeira; *Presidente*

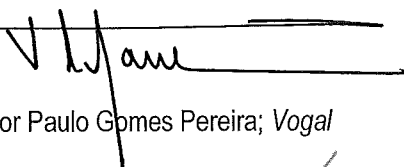
O Contabilista Certificado n.º 55854,




Susana Maria Macedo Queirós



António Abílio Pereira Torres; *Vogal*




Vítor Paulo Gomes Pereira; *Vogal*



João Fernando Brito Nogueira; *Vogal*

Sara da Silva Teixeira; *Vogal*





## E) Certificação Legal das Contas

**jmm** SROC.

### CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

#### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M., as quais compreendem o Balanço Individual em 31 de dezembro de 2015, (que evidência um total de 8.464.310,34 euros e um total de capital próprio de 7.622.314,19 euros, incluindo um resultado líquido do período de 7.646,61 euros), a Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa e o Anexo do período findo naquela data.

#### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão de Gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, as alterações da sua posição financeira, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

#### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão de Gestão, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

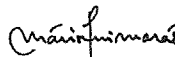
#### OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M., em 31 de dezembro de 2015, as alterações da sua posição financeira, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

#### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS


8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Braga, 15 de abril de 2016.

  
 Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC  
 Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459  
 Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC  
 Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771.

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC  
 Inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 148  
 NIPC 503 951 943 | Capital Social 5.000 euros  
 geral@jmm-sroc.pt  
 Membro da: ABC de Associações - Secção de Revisores Oficiais de Contas, A.C.E.

Escritórios  
 Pólo de Negócios de Braga, Edifício A  
 Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47  
 Apartado 2652 - 4701-896 Braga - Portugal  
 T(+351) 253 203 620 F(+351) 253 203 621

  
 Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C  
 4715-052 Braga - Portugal  
 T(+351) 253 213 661 F(+351) 253 213 769

## F) Relatório e Parecer do Fiscal Único

**jmm**sroc.

### RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas:

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório sobre a ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório de gestão e as contas do período apresentados pelo Órgão de Gestão da Entidade MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M., referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2015.
2. Em cumprimento do disposto no ponto 6, do art.º 25.º da referida Lei n.º 50/2012, durante o período desempenhámos com regularidade as funções que nos foram confiadas, e, em particular, a mencionada na sua alínea k), das quais resultou a emissão, em 16 de abril de 2016, da Certificação Legal das Contas, na modalidade sem reservas e sem ênfases.
3. Face ao exposto, e considerando que:
  - 3.1. Os documentos de prestação de contas e a contabilidade caracterizam adequadamente o estado e a evolução da gestão e satisfazem as disposições legais e estatutárias;
  - 3.2. Se procedeu às verificações julgadas necessárias nas circunstâncias, tendo o Órgão de Gestão e os Serviços da Entidade apresentado as provas e os esclarecimentos solicitados;
  - 3.3. As bases de mensuração aplicadas, explicitados no Anexo, conduzem, na medida da sua aplicação, a uma apropriada avaliação do património e dos resultados da Entidade,

O Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do período de 2015, tal como foram apresentados pelo Órgão de Gestão;
  - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Órgão de Gestão.
4. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Órgão de Gestão e aos Serviços da Entidade toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Braga, 15 de abril de 2016.

O FISCAL ÚNICO,



Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC  
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459  
Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC  
Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771.